

1964 e as batalhas de memória 50 anos depois***1964 and the battles of memories 50 years later*****Marcus Dezemone**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

dezemone@gmail.com

Resumo: Este artigo realiza um balanço da historiografia e das diferentes batalhas de memória diante do significado da deposição do presidente João Goulart e do regime autoritário instaurado em seguida, por ocasião dos 50 anos do golpe de 1964. Busca-se pensar a construção de representações que de um modo geral enfatizam ora a repressão e a violência política, ora o crescimento econômico e uma suposta manutenção da ordem. Assim, são relacionadas disputas do presente às diferentes apropriações do passado, ao mesmo tempo em que se reflete sobre o caráter seletivo da memória. As memórias distintas que se traduzem em narrativas diferenciadas são a chave de entendimento para o porquê de 1964 despertar tantas paixões, versões e controvérsias na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Memória; Anos de Chumbo; Milagre Econômico.

Abstract: This article presents an overview of the historiography and the different battles of memories on the meaning of the overthrow of President Joao Goulart and the authoritarian regime established then by the 50th anniversary of the coup of state in 1964. The aim is to think the construction of representations in general now emphasize repression and political violence, sometimes economic growth and a supposed maintaining of order. The objective is to relate the disputes about different appropriations of the past, while that is reflected on the selective nature of memory. The distinct memories that translate into different narratives are the key to understanding why 1964 arouse such passions, versions and controversies in Brazilian society.

Keywords: Memory; Iron Years; The Economic Miracle.

1964 e as batalhas de memória 50 anos depois¹

Em março de 2014, o jornalista Elio Gaspari, chamou a atenção para os diversos eventos acadêmicos e atos políticos no país que teriam como mote os 50 anos da deposição do presidente João Goulart. Para o jornalista, 1980, com o cinquentenário da Revolução de 1930 e afastamento de Washington Luiz, ou 1939, com o cinquentenário da derrubada de D. Pedro II e o fim da monarquia, não despertaram tantos debates acalorados e tantas paixões.² Ao contrário de outros episódios da história brasileira que completaram 50 anos no passado, havia um fato curioso, não observado em efemérides anteriores: 1964 ainda atraía muito interesse e promovia disputas sobre seus significados.

Naquele momento, os grandes jornais já divulgavam nas suas capas e páginas do noticiário nacional a organização de atos de rua nas grandes capitais tanto em oposição e repúdio ao “golpe militar de 1964”, quanto em apoio e exaltação à “revolução redentora”. Embora aparentemente minoritários na sociedade, os defensores da deposição de Goulart e do regime que se seguiu são mais numerosos do que muitos analistas gostariam.³ De um modo geral, nessas manifestações se fazia presente uma polarização que já havia sido destacada pelo próprio Gaspari em 2002, ocasião na qual o jornalista lançou a coletânea *Ilusões Armadas*, obra em quatro volumes sobre o período autoritário. Logo na introdução, o autor afirmava que normalmente aqueles que no Brasil destacam a violência, as perseguições, a tortura, as mortes, em suma, o sistemático desrespeito aos direitos humanos e garantias fundamentais no período, silenciam ou minimizam o expressivo crescimento econômico e a geração de empregos no país no começo dos anos 1970. Por outro lado, aqueles que valorizam e elogiam o chamado milagre econômico brasileiro (1968-1973), muitas vezes fecham os olhos e chegam ao ponto de negar a repressão e a violência política.⁴

Por mais simplificadora que essa polarização pareça ser, ela traz consigo uma questão que merece reflexão por parte dos historiadores: tão importante quanto saber o porquê dessas memórias com ênfases tão distintas é compreender as condições sociais de produção dessas narrativas sobre o período.⁵ Aí se encontra a chave de entendimento para o fato de que 1964 e a ditadura que se seguiu ainda despertam tantas versões e controvérsias na sociedade brasileira. Por isso mesmo o tema é capaz de mobilizar o interesse acadêmico e do público em geral.

Para fins de análise, podemos agrupar essas memórias e narrativas opostas em expressões razoavelmente conhecidas. A violência política contra os opositores é quase sempre associada aos “anos de chumbo”, termo de origem imprecisa, mas fartamente usado nos manuais de história e no senso comum. O crescimento econômico do período, embora menos comum nas análises e nos livros didáticos, sobrevive

¹ Esse artigo é fruto da comunicação apresentada no Ciclo de Debates *O Golpe de 1964 e seus desdobramentos: lutas, artes, repressão e memória*, parte do Seminário Internacional 50 anos do golpe de 1964, realizado na UERJ em abril de 2014. Agradeço ao aluno Fabrício Gabriel pela transcrição cuidadosa, que foi revista por mim com adições de trechos e acréscimos de notas e referências bibliográficas.

² Gaspari assina colunas todas as quartas-feiras e domingos em dois dos jornais de maior circulação do país, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, 05/03/2014, p. 14.

³ Quando essa comunicação foi apresentada em abril de 2014, ainda não se sabia o resultado do 2º turno das eleições presidenciais realizado em outubro. Dessa forma, optei por não incluir no corpo do texto as manifestações posteriores à eleição que protestavam contra o resultado das urnas, com grupos que reivindicavam um “golpe” e uma “ditadura militar”. De todo modo, cabe o registro.

⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Integram ainda a coletânea os seguintes livros que foram reeditados em 2014 sob novo selo editorial, com revisão: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵ As considerações sobre a memória social e as referências teóricas adotadas nesse artigo foram extraídas de trabalho anterior: DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de doutorado. Niterói, PPGH-UFF, 2008, em especial, a Introdução.

enquanto uma espécie de memória subterrânea de um período que chegou a ser encarado como os “anos de ouro”, utilizando a expressão de Janaína Cordeiro.⁶

A produção acadêmica sobre a primeira narrativa é farta, amplamente documentada, encontrando acolhida na memória coletiva. Apesar das dificuldades enfrentadas para o trabalho com determinados acervos e documentos da repressão, o conhecimento nesse campo já avançou bastante. Porém, a segunda narrativa, a dos anos de ouro, permanece com um investimento acadêmico mais escasso, com trabalhos bastante recentes que ainda exigem maior visibilidade e divulgação. Analisar essa narrativa não significa alçá-la à condição de verdade. Talvez o maior mérito acadêmico e político desses trabalhos seja o de permitir compreender como o regime autoritário durou tanto no Brasil (não custa lembrar, 21 anos!) e de que maneira ainda possui defensores dispostos a saírem às ruas para comemorarem o cinquentenário de sua origem ao mesmo tempo em que a mesma efeméride é “descomemorada”.

1964 entre a memória e a historiografia

As versões sobre o que ocorreu em 1964 com o afastamento forçado de João Goulart da presidência são diversas: “revolução” para os vitoriosos; “golpe”, “golpe de Estado”, “golpe militar” para os derrotados; e mais recentemente “golpe civil-militar” para parte da historiografia. Alguns analistas ainda falaram em “contrarrevolução”, recuperando uma expressão também adotada pela repressão.

Cada um desses termos implica em escolhas. Qualquer delas que seja efetuada não pode desconsiderar que um presidente que atendia a todas as prerrogativas constitucionais foi afastado pelo uso da força. A constituição brasileira de 1946 foi desrespeitada e a sucessão de Goulart foi feita de forma casuística, sem obedecer à linha sucessória prevista pela própria Carta Magna. Considerar esse movimento como legal mostra-se um equívoco que talvez só não seja maior do que considerá-lo democrático. A democracia não é apenas o regime da vontade da maioria; é o regime no qual a vontade da maioria é acatada, respeitando-se os direitos das minorias. Definitivamente isso não aconteceu em 1964 por maiores que possam ter sido os apoios recebidos pelos golpistas.

Segundo o historiador Carlos Fico, o golpe foi analisado inicialmente por cientistas políticos e sociólogos, tendo os historiadores de formação demorado a se debruçar sobre o tema. Em artigo, Fico realizou um interessante balanço sobre os estudos a respeito do golpe por ocasião dos seus 40 anos em 2004.⁷ Ele afirma que num primeiro momento dois gêneros marcaram as interpretações: os estudos inspirados na ciência política, principalmente da vertente norte-americana; e a memorialística, com a visão daqueles que participaram dos eventos, tanto golpistas quanto derrotados.⁸

Foi nessa tradição memorialística que a fragilidade de Goulart e a indecisão do presidente foram

⁶ CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v. 22, 2009, pp. 85-104.

⁷ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n° 47, 2004, pp. 29-60.

⁸ São muitas as obras que reúnem depoimentos de contemporâneos do período em diferentes momentos, normalmente editadas por ocasião das datas redondas: 10, 20 e 30 anos. Além daquelas mencionadas por Fico, utilizei os trabalhos citados nas notas seguintes, além do livro organizado por Alberto Dines, *Os idos de março e a queda em abril*, que foi tema da dissertação de mestrado de AMADO, João. Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. São diversos ainda os filmes que reforçam a memorialística, dentre os quais *Os Anos JK - uma trajetória política*. Direção de Sílvio Tendler. Brasil, 1980. Documentário, 35mm, 112 min., Caliban; *Jânio a 24 Quadros*. Direção de Luís Alberto Pereira. Brasil, 1981. Documentário, 35mm, 84 min; e *Jango*. Direção de Sílvio Tendler. Brasil, 1984. Documentário, 35mm, 117 min., Caliban. Narração de José Wilker.

alçadas à condição de explicação fundamental para o golpe. Até na historiografia se encontram obras que reproduzem essa visão. É o caso do livro *Jango: um perfil (1945-1964)*, de Marco Antonio Villa, publicado em 2004. Baseados em pesquisas mais recentes e em outras evidências, outros trabalhos puderam apresentar um perfil mais complexo e com menos juízos negativos, como o livro *João Goulart: uma biografia*, de Jorge Ferreira, lançado em 2011.⁹

Uma das principais questões discutidas nessas biografias, apesar das suas conclusões distintas em relação ao biografado, são as explicações e causas para o golpe. Sobre esse assunto, Carlos Fico no artigo mencionado identifica três grandes vertentes explicativas: 1) as tentativas de teorização da ciência política; 2) as análises filiadas à tradição marxista; e 3) a valorização do papel dos militares. Em todas elas temos ecos da memorialística daqueles que viveram os eventos.

Entre os brasileiros tributários da influência da ciência política norte-americana talvez a obra mais representativa seja a de Wanderley Guilherme dos Santos, *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Publicada em 2003, o trabalho recupera a pesquisa e artigos divulgados durante a década de 1970. O autor considera que houve uma “paralisia decisória” do governo Goulart. A principal característica do período seria a “imobilidade”, muito mais do que qualquer “política coerente” que tenha sido “patrocinada e executada” pelo presidente. Para o cientista político, a “paralisia decisória” ocorre quando os atores radicalizam suas posições e os “recursos de poder se dispersam” entre eles, tornando o sistema político incapaz de resolver os conflitos. Naquela conjuntura, tal processo resultou no golpe.

No âmbito da tradição marxista existe uma grande diversidade de interpretações sobre o golpe, muitas delas conflitantes entre si. Nessa segunda vertente indicada por Fico, uma das mais conhecidas, sem dúvida, é a do ex-militante comunista que aderiu à luta armada, falecido em 2013, Jacob Gorender. Na obra *Combate nas Trevas*, o autor, historiador autodidata, sustenta que em princípios de 1964, abriu-se uma situação pré-revolucionária no Brasil, onde houve uma ameaça real “à classe dominante brasileira e ao imperialismo”. Para esse autor, “o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo”.¹⁰

Contudo, a obra na tradição marxista cuja influência parece se mostrar mais duradoura foi publicada em 1981 pelo cientista político uruguaio René Armand Dreifuss: *1964: A conquista do Estado*. O livro é resultado da tese de doutorado defendida na Universidade de Glasgow em 1980. Dreifuss empreendeu uma exaustiva pesquisa que identificou o papel de duas importantes organizações civis na conspiração que teria conduzido diretamente ao golpe: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto de Ação Democrática (IBAD). Segundo o autor este grupo de conspiradores representava o capital multinacional e associado, interessado em colocar o aparelho de Estado a serviço de seus interesses.¹¹

Por fim, a terceira vertente é aquela que mais valoriza o papel dos militares em 1964. Essa vertente teria se consolidado na década de 1990, por ocasião dos debates diante dos 30 anos do golpe, a partir de depoimento de militares aos pesquisadores do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Nessas obras, fruto de um esforço coletivo de pesquisa, na concepção dos militares, dois aspectos estariam sob ameaça no governo Goulart: a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas. Em nome da preservação desses princípios, oficiais de alta patente agiram articulando a deposição do presidente. Nota-se aqui a ênfase à

⁹ VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004; e FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, pp. 66-67.

¹¹ DREIFUSS, René. *1964. A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ideia de “ordem” como contraponto ao “caos” e à “anarquia” que tomavam conta do país, representações das mais caras presentes nas memórias dos saudosistas do regime.¹²

Essas três vertentes explicativas marcariam a produção acadêmica subsequente, seja no sentido de aprofundar suas indicações, seja para criticá-las, constituindo-se em referenciais obrigatórios para aqueles que estudam o golpe. Mais ainda, acrescenta-se que, ao mesmo tempo em que essas vertentes expressam narrativas, elas ajudaram a conformar as memórias que em 2014 se manifestaram tão divergentes na esfera pública.

É nesse sentido que a partir da década de 1990, as teses de autores como Dreifuss foram criticadas. Um trabalho importante foi o de Argelina Cheibub Figueiredo *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*, fruto de tese de doutorado pela Universidade de Chicago. Vinculada à tradição da ciência política, segundo esta autora, na obra de Dreifuss “os conspiradores são vistos como onipotentes. Consequentemente a ação empreendida por eles não é analisada em relação a outros grupos, nem vista como sendo limitada por quaisquer constrangimentos externos”.¹³

O trabalho de Figueiredo tornou-se um marco para as novas análises interpretativas sobre o golpe. O ponto de partida da autora são as escolhas deliberadas e intencionais dos atores políticos relevantes, utilizando o individualismo metodológico da teoria da escolha racional, de influência marcadamente weberiana. A questão da obra é estudar as relações entre democracia e reformas, e a possibilidade de se combinarem. As estruturas econômicas e políticas são vistas como constrangimentos às ações individuais, sendo também objeto da ação política. Diferentemente de autores como Dreifuss, Figueiredo não considera uma crise no “sistema populista”, mas a incapacidade dos atores de buscarem alternativas em conformidade com as regras vigentes. Assim, as escolhas dos atores solaparam as possibilidades de reformas dentro das normas e marcos institucionais vigentes. Com isso, o acirramento do conflito criou um “consenso negativo” diante da manutenção das regras democráticas.

A partir da análise de Figueiredo ganhou força a interpretação da existência do que poderia ser chamado de um “golpismo de esquerda”, o que, para os defensores do golpe, tanto no passado quanto no presente, justificaria a derrubada de Goulart. Por conta dessa possibilidade de uso político das conclusões da autora, seu trabalho recebeu fortes críticas, sobretudo dos pesquisadores mais alinhados com a tradição marxista, que taxaram pejorativamente as obras e os autores que compartilhavam dessa perspectiva como “revisionistas”.¹⁴

Esse tem sido o principal objeto de controvérsia nas análises ao longo da última década. Nas coletâneas e dossiês de revistas publicados por ocasião do balanço dos 40 anos da produção acadêmica sobre 1964, esse foi um dos assuntos que teve maior repercussão na mídia. Assumindo a possibilidade de um golpismo de esquerda, temos diversos trabalhos de Daniel Aarão Reis Filho, que tem trilhado esse caminho nas suas publicações mais recentes. O autor, historiador e ex-militante político do período rejeita a explicação de que o golpe representou o “colapso do populismo”. Na coletânea *O populismo e sua história*, organizada por Jorge Ferreira, Reis Filho questiona as conclusões clássicas do sociólogo Otávio Ianni que

¹² Nessa linha, merecem destaque *Visões do Golpe e 21 anos de regime militar*. O primeiro livro organizado por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro. No segundo livro, o último não participou da organização. SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de Regime Militar: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994; D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

¹³ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 28.

¹⁴ Nesse sentido, ver a coletânea publicada em 2014 organizada por MELO, Demian Bezerra (org.). *A miséria da historiografia*. Uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

perpassam a maioria dos manuais didáticos ainda utilizados na Educação Básica. Para Ianni, na versão de grande divulgação dos livros didáticos, o golpe de 1964 se explicaria pelo “colapso da política populista”, que teria evidenciado seus limites com a forte mobilização ocorrida no começo da década de 1960.¹⁵ Segundo Reis Filho, tanto a direita quanto a esquerda derrotada identificaram na tradição nacional-estatista o inimigo a ser combatido ou “uma herança maldita”. A direita que rejeitava essa tradição por ter perdido as eleições presidenciais de 1945 a 1964. A esquerda, por culpar a tradição nacional-estatista pela grande derrota que o golpe de 1964 representou.¹⁶

Daniel Aarão Reis Filho tem sustentado que as esquerdas frequentemente aparecem como vítimas quando se trata da reconstrução da memória do período anterior ao golpe e ao longo do regime autoritário. Num sentido oposto, ele busca demonstrar a participação da esquerda no processo de radicalização que culminou com o golpe. Segundo o autor, as esquerdas percebiam os limites impostos pelas leis e passavam, crescentemente, a defender o recurso à força, sintetizado em noções como “reforma agrária na lei ou na marra”.

Negando veementemente a possibilidade de um golpismo de esquerda, e considerando que a mobilização dos trabalhadores foi rechaçada pelos setores conservadores, que enxergavam comunismo nas moderadas e capitalistas Reformas de Base, há a contribuição de Marcelo Badaró Mattos. Mattos realiza um balanço dos estudos sobre o golpe, agrupados a cada dez anos, tomando como foco o papel dos trabalhadores, afastando-se assim das posições de Figueiredo, Ferreira e Reis Filho.¹⁷ Essa discussão ainda não terminou e foi retomada em 2014 por ocasião dos eventos que trataram dos 50 anos do golpe.

Por fim, ainda sobre as causas do golpe, cabe uma última referência a outro trabalho do professor Carlos Fico no livro *O grande irmão*, publicado em 2008, que coloca em evidência o papel dos EUA. Nessa obra, são expostos com ampla base documental dois aspectos fundamentais que aparecem associados nas narrativas: primeiro, a separação entre uma campanha de desestabilização de Goulart e a conspiração golpista, processos que para Dreifuss estariam indissociados. De acordo com Fico, a campanha de desestabilização de Goulart iniciada em 1962 tinha por objetivo enfraquecer o presidente, de modo que sua influência nas eleições presidenciais de 1965 fosse reduzida, seja de um Goulart candidato, seja de um presidente cabo eleitoral capaz de transferir votos. Para que se tenha uma ideia, foram injetados no Brasil cinco milhões de dólares, que dentre outras coisas, financiou candidaturas de oposição, numa época em que a eleição presidencial norte-americana consumia 11 milhões.¹⁸

O segundo tema importante analisado pelo autor é o da participação dos EUA no golpe e a mobilização militar em apoio aos golpistas conhecida como operação *Brother Sam*. Comprova-se o apoio e financiamento dos EUA à campanha de desestabilização do governo Goulart e mais importante, comprova-se ainda a disposição do governo estadunidense numa eventual invasão do Brasil em apoio aos golpistas, caso ocorresse algum tipo de resistência mais incisiva. Como tal resistência não aconteceu, a operação *Brother Sam* foi desmobilizada antes de chegar ao litoral brasileiro. Isso não significa que o golpe aconteceu por causa dos norte-americanos, mas sim, que o governo daquele país tivesse interesse, na conjuntura

¹⁵ IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

¹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo. FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Em especial, sobre a tradição nacional-estatista, ver REIS FILHO, Daniel Aarão. Estado e trabalhadores: o populismo em questão. *Locus (Juiz de Fora)*, v. 13, 2007, pp. 87-108. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/54.pdf>. Acesso 26/04/2014.

¹⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. *Revista História & Luta de Classes*, nº 1, abr., 2005, (pp. 7-18).

¹⁸ FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

tensa da Guerra Fria, em afastar qualquer possibilidade de esquerdização ou até mesmo comunização do Brasil. Nos termos da época: o medo da “cubanização”, isto é, do país seguir o mesmo caminho da ilha caribenha.

Os anos de chumbo

A ênfase atribuída à repressão e à violência política durante o período que se seguiu ao golpe tornou a expressão anos de chumbo quase que um sinônimo da ditadura inaugurada em 1964. Nesse sentido, a violência política teria se intensificado com o AI-5, considerado o pior dos Atos Institucionais, editado numa sexta-feira 13, em dezembro de 1968.

O significado do AI-5 é bastante conhecido: seja para aqueles que o consideram como um “golpe dentro do golpe”, ou como a continuidade do autoritarismo iniciado já com Castelo Branco, as inúmeras medidas de fortalecimento da autoridade presidencial, a incomunicabilidade dos presos por 10 dias, e o fim do habeas corpus para crimes políticos, dentre outras ações, tomadas em seu conjunto, ampliaram sensivelmente as prisões arbitrárias, a tortura, os assassinatos e os exílios, voluntários e involuntários. Tudo isso teria promovido entre 1968 e 1973 a aniquilação dos grupos da esquerda armada, como salientou Daniel Aarão Reis. Como símbolos dessa repressão, são frequentemente lembradas as mortes de lideranças como o ex-deputado constituinte em 1946, Carlos Marighella, assassinado em São Paulo em 1969, e o capitão do Exército que desertou e aderiu à luta armada, o militar Carlos Lamarca, em 1971.

O professor Carlos Fico construiu uma trajetória de pesquisa na qual buscou compreender os mecanismos e o funcionamento da repressão. Parte desse esforço aparece sintetizado no artigo “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”, publicado na coletânea *O Brasil Republicano*, em 2003.¹⁹ Para o autor, o regime pós 1964 não inventou esses quatro pilares, amparando-se mesmo em experiências anteriores, que remontavam, por exemplo, à tortura e à polícia política do Estado Novo. Mas certamente, realça Fico, “as reinventou”, chegando ao ponto de inspirar medidas tomadas por regimes autoritários na América Latina, como no sistema de segurança.

Com frequência, nas análises sobre o período, todo o aparato repressivo e seus pilares são apresentados como se fossem um sistema integrado e harmônico, resumidos na expressão “os porões do regime”. Porém, na argumentação de Fico, a realidade é mais complexa e reveladora de conflitos entre os setores moderados e os mais radicais, ambos apoiadores do regime. A propaganda estudada a fundo pelo autor no livro *Reinventando o Otimismo* é um dos melhores exemplos disso: de um lado, com mensagens positivas e otimistas, as peças da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas), que rejeitava o próprio conceito de propaganda, procurando exaltar os feitos do regime e do “país que vai pra frente”. Do outro lado, os setores com discurso mais raivoso, em tom intimidatório, na lógica do “ame-o ou deixe-o”. Assim, constata-se que “os porões” apresentavam distinções importantes.²⁰

Em que pesem essas distinções, uma contribuição relevante da pesquisa acadêmica para a compreensão do período diz respeito à prática da tortura. Negada por defensores do regime, justificada por se tratar de uma “guerra” e, quando admitida, considerada resultado de ações individuais, sem conhecimento dos oficiais superiores, ou atos no “calor dos acontecimentos”, a tortura permanece como

¹⁹ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 167-205.

²⁰ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

uma das principais discussões associadas ao período. Nos últimos anos, a instalação da Comissão da Verdade Nacional e das comissões estaduais contribuiu para elucidar episódios que ainda permaneciam obscuros. Todo esse esforço coletivo serviu para comprovar a adoção da tortura como prática do Estado.

Assim, é reveladora a gravação apresentada pelo jornalista Elio Gaspari. Ernesto Geisel, um mês antes de sua posse em 1974, conversava com Vicente Dale Coutinho, que se tornaria ministro do Exército no governo do quarto general presidente: “Ah, o negócio melhorou muito. Agora, melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar. Começamos a matar”. E Geisel prossegue: “Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá pra fora (...) Ô Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser”. O que a gravação revela é que não só a cúpula militar sabia da tortura sistemática, mas que a considerava necessária.

Os que justificaram a tortura, no presente e no passado, o fazem amplificando os perigos decorrentes da ação das esquerdas armadas, qualificadas oficialmente como grupos “terroristas” pelo regime. Para elucidar o assunto, no artigo “Esquerdas Revolucionárias e luta armada”, a professora da UFF Denise Rollemberg lança luz sobre o tema contemplado em muitas de suas pesquisas. Para Rollemberg, a proposta de adoção da luta armada como estratégia revolucionária começa antes do golpe de 1964. Sendo assim, seria um mito a argumentação de que o AI-5 não teria deixado alternativa à oposição que não fosse o uso da violência por meio do enfrentamento armado.²¹

Mas talvez a contribuição mais interessante no artigo seja o mapeamento do debate historiográfico sobre as razões da derrota da luta armada. A autora apresenta três valiosas contribuições, com perspectivas distintas. A primeira delas é a do ex-militante do PCB Jacob Gorender, no já mencionado *Combate nas Trevas*, de 1987. Se por um lado, o autor rompe com o entendimento tradicional de que as escolhas das esquerdas nacionais eram decididas pelo movimento internacional, por outro, ele contribui para reiterar um entendimento de que a derrota foi fruto das escolhas do PCB, que pedia a um reformismo qualificado como “imobilismo”. Por essa razão, “as condições revolucionárias não se realizaram”.²²

Uma segunda obra importante, também produzida por um ex-militante, foi o livro *A Revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão Reis Filho, de 1990. Se o livro é também um esforço autobiográfico, a exemplo do trabalho de Gorender, seus métodos são diferentes para compreender as razões da derrota da luta armada. Ao contrário do inventário de “erros” de lideranças e partido, Reis Filho critica a noção de uma inevitabilidade da revolução social e do triunfo do projeto revolucionário, visto que não se criou uma identidade entre militantes e sociedade.²³

Por fim, Marcelo Ridenti, primeiro pesquisador do tema que não foi militante das organizações da luta armada, tenta responder as mesmas perguntas de Gorender e Reis Filho em *O fantasma da revolução brasileira*, de 1993.²⁴ Sua estratégia passa pela reconstrução da cultura política que dava sentido as lutas, por meio da recuperação da agitação cultural das esquerdas no campo artístico na música, literatura, cinema e teatro. Para além da derrota, Ridenti propõe uma reflexão do legado das esquerdas e dos seus projetos no país. O aprofundamento dessas pesquisas resultaria em outro trabalho que se volta para a

²¹ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Volume 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 43-91.

²² GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

²³ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁴ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

dimensão cultural: *Em busca do povo brasileiro*, de 2000, no qual Ridenti utiliza o conceito de romantismo revolucionário, de Michel Löwy, para pensar as esquerdas no período.²⁵

Outra contribuição na direção do entendimento das esquerdas na época foi dada em 2007, com a publicação da coletânea *As Esquerdas no Brasil*, organizada por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho. Em seu terceiro volume, a obra se dedica aos grupos, militantes e partidos de oposição ao regime. Em diversos artigos se destaca um entendimento polêmico, objeto de fortes críticas: o de que as esquerdas armadas não poderiam ser consideradas uma forma de resistência democrática ao regime autoritário, visto que seu projeto revolucionário não passava pela restauração do sistema político vigente antes do golpe de 1964, mas sim, por uma ditadura do proletariado, num regime socialista revolucionário.²⁶

Os anos de ouro

A outra face dos anos de chumbo é a dos anos de ouro. Na compreensão da alquimia que transformou chumbo em ouro, a análise do Milagre Econômico Brasileiro ganha importância. Muitos dos trabalhos produzidos sobre o tema foram feitos por economistas. Algumas das discussões técnicas acabaram por afastar o leitor menos familiarizado com os conceitos e termos próprios à ciência econômica.²⁷ De um modo geral, esses trabalhos salientam a conjuntura internacional favorável à contratação de empréstimos com juros baixos, porém flutuantes – o que poderia ser considerado como o “santo” por trás do milagre. Quando essa conjuntura se altera, o modelo de crescimento econômico baseado no endividamento se vê em xeque, não só pelo encarecimento dos juros dos novos empréstimos, mas também pela elevação no custo dos empréstimos antigos. Teria viabilizado esse modelo a adoção de medidas de controle e corte de gastos públicos, bem como o conhecido arrocho salarial, a concessão de aumentos salariais inferiores à inflação praticada.

O milagre seria encerrado com sua crise, que além do aumento expressivo da dívida externa, teria deixado outro legado terrível: a concentração de renda. Via de regra, na educação básica, esse tema, objeto de intenso debate nos anos 1970, é tratado de forma definitiva com a referência à famosa frase do ministro da fazenda Delfim Neto: “primeiro é preciso fazer o bolo crescer para depois dividir”.

O que essa narrativa esconde foi o amplo apoio obtido pelo regime durante os anos do milagre.

O tema do apoio civil ao golpe de 1964 já havia sido destacado em obras como o trabalho pioneiro de Dreyfuss, mas foram as pesquisas realizadas ao longo da década de 2000 que ajudaram na melhor compreensão do processo. É esse o caso da dissertação de mestrado de Aline Presot sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que se multiplicaram após o golpe com o nome de Marchas da Vitória.²⁸ Outra pesquisa importante, no sentido de mapear o apoio civil ao regime foi a tese de doutorado de Lúcia

²⁵ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

²⁶ FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁷ Nesse sentido podem ser mencionados os trabalhos de Luiz Aranha Correa do Lago, artigo que é parte de um manual sobre os cem anos da política econômica republicana, na coletânea organizada por ABREU, Marcelo Paiva. *Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Outra obra de referência, essa em tom mais resumido, é o verbete do Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro, editado pela Fundação Getúlio Vargas, escrito pelo mesmo autor: LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. “Milagre Econômico Brasileiro”. In: ABREU, Alzira Alves de. (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro Pós 1930*. Ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro, FGV-CPDOC, 2001 [1984], pp. 3800-3805. Por fim, um trabalho bastante acessível foi redigido pelos economistas da UFRJ: PRADO, Luiz Carlos Delorme; SÁ EARP, Fábio.

²⁸ A partir da pesquisa desenvolvida na dissertação, a autora publicou artigo que resume seu argumento: PRESOT, A. Celebrando a Revolução. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina, 2010.

Grinberg que se preocupou em compreender a ação da ARENA (Aliança Renovadora Nacional). O subtítulo sugestivo de “partido político ou bode expiatório” sintetiza a discussão da autora: a ARENA pode ser pensada como um partido político que apoiava conscientemente o regime? Para a autora, esse aspecto não pode ser negligenciado, visto que a ARENA não teria sido um mero brinquedo nas mãos dos militares, tendo corroborado e muito com o autoritarismo do período.²⁹

Por fim, ainda nessa chave de leitura, merece referência o documentário Cidadão Boilesen, dirigido por Chaim Literwsky. Nessa película, o tema é o apoio do empresariado paulista à repressão por meio do financiamento de órgãos de informação de inteligência na OBAN (Operação Bandeirantes). A narrativa toma como mote a participação do empresário dinamarquês Henning Albert Boilesen no financiamento à repressão e na sua participação direta nas sessões de tortura, razão pela qual ele foi “justiciado”, isto é, assassinado por organizações da esquerda armada.

A partir do registro desse apoio civil ao golpe e ao regime, trabalhos como o de Adjovanes de Almeida e Janaína Cordeiro procuraram realçar as festividades e as manifestações de adesão recebidas em celebrações cívicas, como o sesquicentenário da independência do Brasil, comemorado em 1972. Além dos festejos nas escolas de todo país, dos desfiles na semana da pátria, um fato inusitado e silenciado veio à tona. Na final do Torneio de Futebol Independência, realizada no estádio do Maracanã no Rio de Janeiro, no jogo entre as seleções de Brasil e Portugal, o público presente aplaudiu de pé o presidente Médici.³⁰ Para uma sociedade que nos últimos anos viu as vaias diante de presidentes democraticamente eleitos – Lula na abertura dos Jogos Panamericanos no mesmo Maracanã, em 2007, e Dilma Rousseff, na abertura da Copa das Confederações no estádio Mané Garrincha, em Brasília, em 2010 – as palmas para o ditador que comandou o país durante os anos de chumbo parecem ser de difícil assimilação.

Considerações finais

A pluralidade de narrativas quando confrontada à historiografia revela silêncios, esquecimentos e recorrências, tal como salientado no clássico artigo de Michael Pollak.³¹ Revela ainda que as memórias sobre os anos de chumbo e sobre os anos de ouro estão em disputa e muito longe da consagração de uma representação definitiva, sujeitos portanto a batalhas de memória. São leituras do passado que ainda se encontram em aberto. Não há garantia nenhuma que daqui a dez, vinte ou trinta anos, a deposição de Goulart vai ser “descomemorada”, a exemplo do que ocorreu em 2014. Parece evidente que em 1964 não era possível prever que o golpe originaria um regime que duraria 21 anos. Cabe aplicar esse mesmo raciocínio ao presente, reconhecendo que não é igualmente possível que se preveja no futuro como essas memórias serão acionadas. As batalhas portanto ainda estão em curso.

A discussão sobre o golpe de 1964 avançou no sentido de compreendê-lo como um golpe civil-militar. Porém o debate emperra numa questão: a atual discussão historiográfica está sendo muitas vezes resumida ao golpismo da direita versus o golpismo da esquerda. Tal simplificação deixa de perceber que tanto a direita quanto a esquerda lutaram pela imposição de representações do processo histórico. A

²⁹ A tese defendida na UFF foi publicada em livro: GRINBERG, LUCIA. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

³⁰ Ambos os trabalhos resultam de pesquisas de doutorado defendidas pela UFF e UFRJ. ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O Regime Militar em festa*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013; e CORDEIRO, Janaína Martins. *Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici*. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v. 22, 2009, pp. 85-104.

³¹ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

descrição do conflito também é parte fundamental do próprio conflito. Para além das condições objetivas de um golpe da esquerda, as direitas, tanto militares quanto civis, conseguiram em 1964 impor a percepção do risco de um golpe vindo das esquerdas. Isso não justifica nem legitima a derrubada de Goulart. Apenas torna a reflexão diante do tema mais complexa. Tratar o episódio apenas como um golpe militar retira dos setores civis a participação que efetivamente tiveram, bem como o apoio subsequente ao regime. Portanto, em consonância com uma historiografia mais recente, optamos pelo entendimento de que o golpe deve ser qualificado como “civil-militar”.

Todo e qualquer apoio civil fornecido ao golpe e ao regime não justifica as violações cometidas aos direitos humanos, nem tampouco exime pessoas da responsabilidade pelos seus atos, mas permite relativizar a consagrada memória da vitimização da sociedade. Tal representação pode ser resumida na ideia de que a sociedade foi vítima dos militares, que teriam “sequestrado o país por vinte anos”, noção sintetizada e reforçada pela apropriação e pelo uso das expressões “golpe militar” e “ditadura militar”.

A noção de “vitimização” imputa apenas às Forças Armadas responsabilidade pelos problemas do regime e conta com a contribuição direta e indireta dos atuais comandantes militares para sua manutenção. Apesar de serem crianças durante a ditadura, muitos daqueles que ocupam os postos de comando oscilam ora na defesa do legado de atos que não cometeram ou sequer tiveram participação, ora na negação. Tal defesa ocorre por meio da valorização do que seriam “medidas positivas”, dentro na lógica dos anos de ouro, ao mesmo tempo que negam as ações dos anos de chumbo. Outra representação comum alega que “os dois lados cometeram ações das quais se envergonham” e que a luta contra o “terrorismo” era uma autêntica “guerra”. O problema está em equiparar “dois lados” assimétricos e esquecer que as Forças Armadas representam a violência que se pretende legítima e legal, monopolizada pelo Estado. Tal atuação deve ser diferente das organizações das esquerdas armadas, cujas ações consideradas ilegais foram combatidas por ações igualmente ilegais realizadas por agentes do próprio Estado.

A narrativa da vitimização se consolidou durante o processo de Abertura, sobretudo após a Anistia em 1979. Era conveniente naquele momento a ideia de “seguir em frente”, sem olhar para o passado, ao qual se deveria “passar uma borracha”, linha compartilhada por uma das representações mais fortes sobre o período, a que aparece no livro de Fernando Gabeira “O que é isso companheiro”, anos depois transposto para as telas do cinema. Procurou-se associar anistia ao perdão, ao mesmo tempo em que os setores civis se associaram à defesa da democracia. Exemplo significativo foi a permanência de várias lideranças civis que apoiaram a ditadura em posições de destaque após 1985 como José Sarney, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel. Há ainda a cobertura jornalística e o obituário do empresário Roberto Marinho, falecido em 2003, que apoiou o golpe e o regime, mas foi retratado como um “defensor da democracia” por um emocionado William Bonner, apresentador do Jornal Nacional. Não foi à toa, após as manifestações de Junho de 2013 que as Organizações Globo reconheceram o apoio ao golpe como um “erro”, começando o editorial mencionando e assumindo o grito que ecoou das ruas: “a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”.

Mas anistia não significa perdoar. Anistia significa esquecer. Para esquecer é preciso primeiro lembrar, saber o que aconteceu, como na atuação das Comissões da Verdade, a nacional, as estaduais e as municipais, ou por meio da recente produção historiográfica.

Chamar a atenção para atuação e participação dos setores civis ajuda a compreender a longevidade do regime que durou 21 anos. Esse apoio civil não justifica, em hipótese alguma, o golpe ou o regime. Não foi o fato de ter recebido o apoio de setores civis que tornou o golpe democrático e o regime legítimo. É

importante deixar claro e repetir que a democracia não é o regime das maiorias, até porque as maiorias podem ser tirânicas. A democracia é o regime que respalda as decisões das maiorias, respeitando sempre os direitos das minorias. E nem o golpe e nem o regime que se seguiram respeitaram estes direitos.

Tampouco a noção de democracia pode ser naturalizada ou considerada uma mera abstração. Enquanto construção social, a democracia não se origina da biologia, não surge com o nascimento, não está no sangue ou no DNA. Ninguém nasce com o gene da democracia, da participação política, da capacidade para escutar, do respeito ao diálogo. Tudo isso é aprendido na prática, vivenciando experiências que são fruto de conflitos. De 1945 a 1964 se atravessou, no Brasil, uma experiência democrática, com seus alcances e limitações, sem nenhuma idealização e repleta de contradições. Todo esse processo foi prejudicado com o golpe e a ditadura. A partir dos anos oitenta vivenciamos outra experiência de aprendizado democrático, cujos resultados começam a ser mais facilmente identificados quando se discute intensamente no país temas como os direitos humanos, o combate ao racismo, à homofobia, ao preconceito e à violência contra a mulher.

Ao se encarar o passado recente e promover uma reconstrução das narrativas, pode-se avançar na construção de uma sociedade diferente, uma sociedade que se aproxime das experiências de amadurecimento democrático que foram afastadas em 1964. Ao se observar as condições de produção da narrativa dos anos de ouro no presente, constata-se a persistência de uma mentalidade autoritária ainda forte na sociedade brasileira. Junto com essa mentalidade, aparecem referências à ordem, ao ódio ao diferente, à negação de direitos, à manutenção do *status quo*. Reconhecer esse autoritarismo talvez nos ajude a entender práticas como a violência e a tortura policiais que vitimam Amarildos, Cláudias e DG's; ou o respaldo que o acorrentamento de um menino a um poste teve na zona sul do Rio de Janeiro; ou ainda as razões de muitos considerarem que a culpa do estupro é da mulher.

Marcus Dezemone: Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2008). Atualmente é Professor Adjunto de Brasil República, da Universidade Federal Fluminense, e Professor Adjunto de História do Brasil, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.